

## Associativismo e inclusão digital: o caso dos Centros Digitais de Cidadania instalados no Território do sisal

**Wilma Paim das Virgens<sup>1</sup> e Onildo Araújo da Silva<sup>2</sup>**

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: wilma\_paim@hotmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: fssilvafs@hotmail.com
3. Participante do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: <http://www.uefs.br/portal>

**PALAVRAS-CHAVE:** Associações, Território do Sisal, Tecnologia da Informação.

### INTRODUÇÃO

Segundo o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia CODES- Sisal (2007) o Território do Sisal ocupa uma porção do semi-árido baiano, compreendendo 20 municípios. Conforme SILVA (2010) a idéia de Território do Sisal é recente, pois até o final da década de 1990 esses municípios eram enquadrados como pertencentes a região Sisaleira-Bahia. Essa mudança é resultante da renovação do governo Estadual, em 2006.

A agave sinsalana (planta do sisal de origem mexicana) foi introduzida na Bahia, segundo Pinto (1969) em 1910 por Horácio Uripia Júnior que desejava a exploração comercial da fibra do sisal. A exportação comercial só ocorreu na década de 1940 atingindo o seu apogeu na década de 1970, a ponto do sisal ficar conhecido como o ouro verde do sertão. Na década seguinte, o sisal passou por dificuldades, perdeu valor no mercado externo e os sisalais não conseguiam produzir como antes, pois as terras já estavam saturadas e precisavam de investimentos para reestruturação da lavoura, o que ocasionou uma década de muita dificuldade para o pequeno produtor.

Os pequenos produtores do município de Valente se uniram e criaram uma associação na tentativa de reestruturar a cadeia produtiva do sisal: a Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região do Sisal (APAEB), que apoiada pelos movimentos sociais, como o Movimento de Organização Comunitária (MOC), por exemplo, foi capaz de influir na reestruturação da atividade sisaleira. Dessa forma o restabelecimento da economia sisaleira foi produto de um amplo movimento social, inicialmente localizado em Valente, e posteriormente, se proliferou para a maior parte do território.

Segundo Manuel Castells (1999) em seu livro “A sociedade em rede” a revolução tecnológica trouxe um novo modo de desenvolvimento, que é o informacionalismo, onde as novas tecnologias da comunicação vem integrando o mundo em redes globais. Com efeito, esta revolução trouxe transformações de imediato nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais com uso do computador com acesso a internet nas relações pessoais e empresariais. Porém, a comunicação mediada pela web não faz parte da vida de todas as pessoas e nem de todas as empresas. Com efeito, surgiu uma nova forma de exclusão social: a digital.

Dessa forma, governo e sociedade em escala mundial vem criando projetos e programas para conter com exclusão digital. Seguindo, a esta tendência de proporcionar a camada mais vulnerável da sociedade, o acesso a informação, através do acesso a internet. O estado Bahia criou um Programa Sociodigital, que consiste na criação de Centro Digital de Cidadania, que oferece ao usuário, não só, um curso básico de informática, como também, visa inseri-lo na discussão dos

problemas relativos a sociedade onde ele vive na perspectiva de encontrar uma solução em conjunto e de também ,de incluí-lo na sociedade informacional.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre os usuários, monitores e gestores nos Centros Digitais de Cidadania e nas associações beneficiadas pela ação do estado da Bahia em prol da inclusão Sociodigital, com a perspectiva de revelar se os objetivos propostos pelo programa de fato tem sido cumpridos. Particularmente, em relação aos usuários, não conseguimos analisá-los, uma vez que estes não estavam nos CDCs no dia da visita técnica.

## **MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA**

Para elaboração desta pesquisa, fizemos consultas aos materiais bibliográficos e ao Banco de Dados do Grupo de Pesquisa em Geografia e Movimentos Sociais (GEOMOV). Visitamos também a Secretaria Estadual de Ciências e Tecnologia. Obtivemos também muitas informações através de ligações telefônicas e e-mails enviados e recebidos para os presidentes das associações comunitárias beneficiadas pelo programa digital.

## **RESULTADOS E/ OU DISCUSSÃO**

As quatro associações identificadas como possuidoras de um Centro Digital de Cidadania (CDC) possuem problemas que as impedem de estar em plena atividade. Defendem que o fechamento do CDC deve-se a competição política existente nestas Cidades e que repercutem nas associações.

Encontramos e verificamos duas associações possuidoras de CDC que também estão localizados no Território do Sisal e que não estavam cadastradas no Banco de dados do GEOMOV.

Conclui-se que o fechamento dos CDCs das associações acima referidas, deveu-se a falta de iniciativa dos associados e da gestão de prover ações que resultem em política de sustentabilidade, para que torne-se independente da ação da prefeitura. Esta idéia é bastante equivocada, pelo fato de estar claro no regimento de CDC, que é da obrigação da comunidade local a procura pela implantação do CDC junto a Secretaria Estadual de Ciências, Tecnologia e Inovação da Bahia, esta que se responsabiliza pelos equipamentos e formação de gestores e monitores e em contrapartida, o gestor ou líder da comunidade deve prover junto com os associados uma maneira de manter o espaço, como por exemplo, pagamento de um monitor, água, luz e aluguel do espaço, caso não seja próprio.

Associações E e F,

Estas associações possuem CDC desde 2008 e, somente, no início deste ano é que conseguiram trazer internet. Contudo, apesar de não possuir internet por três anos, os gestores apontaram que tinha pequena procura. Pontuam ainda, que a procura maior eram e ainda é das crianças para jogar nos jogos que o computador disponibiliza como jogo de Copas, sendo que, atualmente a procura maior são as redes sociais e sites de pesquisa escolar; e professores para imprimir atividades ou xerocar materiais.

Quando um indivíduo se candidata a ser um gestor de CDC, ele se compromete perante a Secretaria Estadual de Ciências, Tecnologia e Inovação da Bahia com as seguintes responsabilidades: conseguir levar para sua associação o link da internet, a manutenção do espaço físico, efetuar os pagamentos de: água, luz, e os salários dos gestores e monitores, necessárias para que este possa levar para sua comunidade um CDC. No entanto, todas as associações beneficiadas com o tal benefício não vem cumprindo com os objetivos do programa. Apesar de que, as associações E e F conseguiram recentemente trazer a internet .

A função de um monitor executar a oficina de informática é trabalhar com assuntos relativos à comunidade, que o Núcleo de Gestão Colaborativa indicou. Os gestores têm a função coordenar todas as ações do CDC, tendo como base dois papéis fundamentais: administrativo e o outro social. É valido ressaltar que suas funções não são remuneradas. A parte social consiste na criação do Núcleo de Gestão Colaborativa (NUGEC). Identificar as demandas da comunidade, planejando, desenvolvendo e acompanhando ações (projetos, oficinas, palestras, entre outros) que atendam a essas necessidades.

Segundo estes dois gestores (Associações E e F) cumprem, em parte, com todos os itens acima apontados. Há um monitoramento das atividades desenvolvidas pelos monitores, porém só agora com a chegada da internet é que estão enviando ao relatório. Quanto a formação do NUGEC, nenhum dos dois Centros possui. No CDC da associação F , o presidente da associação é, simultaneamente, gestor e monitor que é da associação.

Dessa maneira, justificou a falta do NUGEC na associação, devido à falta de compromisso de alguns sócios em retribuir com os benefícios conseguidos pelos que militam pelo bem comum. Com isto, em três anos de CDC, nunca foi formado este núcleo. Na associação E, também não há formado um Núcleo de Gestão Colaborativa, por falta da participação da comunidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebemos que os objetivos dos Centros Digitais de Cidadania não estão alcançados, visto que existem associações beneficiadas com CDC e mantém o espaço fechado, devido à falta da participação da comunidade para com a manutenção do espaço. Uma incoerência, pois o que sabe sobre o poder associativista, é que há luta de uma comunidade por um determinado objetivo em comum.

As associações portadoras de CDC ativos cumprem em partes com os objetivos, uma vez que operam a parte administrativa na sua totalidade, porém no aspecto no social, não há atividades relativas ao tecido associativista, que deveria ser defendido pelo Núcleo de Gestão Colaborativa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTELL, Manuel.** A Sociedade em Rede. SP. Paz e Terra. 3ª. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Rogério Haesbaert.** Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.
- Teixeira, Elenaldo Celso.** O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Salvador: Bahia, 2002.
- Fonte: GEOMOV 2010. Acesso em 17/04/2010.**
- HETKOWSKI, Tânia Maria.** Políticas públicas e inclusão digital. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
- LADEIA, Tânia Maria ladeia.** Inclusão digital: um olhar sobre as ações dos Centros Digitais de Cidadania. Salvador 2009.
- Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil=TICS a domicílios e empresas 2008.**
- SANTOS, Edinusia; Silva, Onildo.** Agentes de **Produção do Espaço Rural** no Território do Sisal. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev, 2010.
- Regimento interno do Centro Digital de Cidadania.(2008)
- SANTOS, Milton.** A Natureza do espaço. São Paulo, Ed. Edusp, (1989)
- SANTOS, Milton.**Técnica , Espaço, Tempo. ed São Paulo, Ed. Edusp, (2008).
- SILVA, Onildo Araújo.** A influência do uso do computador para a aprendizagem no ensino superior: a experiência do LAGEO/UEFS. Feira de Santana: [s.n.], 2002.
- STRAUB, Sandra Luzia Wrobel.** O computador no interior da escola pública: avanços, desafios e perspectivas do/no proinfo. Florianópolis: UFSC, **Dissertação de Mestrado,2002.**
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu.** Exclusão digital : a miséria na era da informação. ed 3ª São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo.** Mapa das desigualdades digitais no Brasil. Rede de Informação Tecnológica Latino Americana (RITLA)/ Instituto Sangari/Ministério da Educação (MEC), 2007.